

**35º Encontro Anual da Anpocs**

**GT 32: Sexualidade e Gênero: sociabilidade, erotismo e política**

**Coordenadores:**

**Regina Facchini (Unicamp) e Sérgio Carrara (UERJ).**

**Parcerias e Tensões do Movimento LGBT em Goiás: algumas notas sócio-antropológicas**

**Camilo Albuquerque de Braz** - Professor da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e pesquisador do Ser-Tão – núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade. Universidade Federal de Goiás (UFG).

**Rezende Bruno de Avelar** – Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e pesquisador do Ser-Tão – núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade. Universidade Federal de Goiás (UFG).

**Bento Manoel de Jesus** - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e pesquisador do Ser-Tão – núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade. Universidade Federal de Goiás (UFG).

## Resumo

Neste trabalho, analisamos entrevistas realizadas com representantes do Movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no estado de Goiás, explicitando quais instâncias foram e são consideradas parceiras e oponentes em relação às suas bandeiras de luta, incluindo as relações e tensões com esferas, segmentos e setores do governo e da sociedade civil, tais como os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de igrejas, sindicatos, mercado, mídia, universidade e outros movimentos sociais locais.

## Introdução

Este trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa *Movimentos sociais, direitos humanos e cidadania: um estudo sobre o movimento LGBT em Goiás*, realizada pelo Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, vinculado à Faculdade de Ciências Sociais (FCS), da Universidade Federal de Goiás (UFG), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – Fapeg<sup>1</sup>.

O desafio principal consistiu na contextualização da dinâmica do movimento LGBT<sup>2</sup> no estado de Goiás. O foco prioritário da pesquisa foi identificar os principais desafios e conquistas que integram a pauta de lutas do movimento LGBT goiano em torno de direitos sexuais e de combate à homofobia<sup>3</sup> e sua articulação com outras

---

<sup>1</sup> A investigação, coordenada pelos professores Luiz Mello e Camilo Albuquerque de Braz, integra outra mais ampla, intitulada *Memória da luta em direitos humanos em Goiás*, coordenada pela professora Vilma de Fátima Machado, realizada no âmbito do Programa de Direitos Humanos (PDH/UFG) e da Rede *Diversidade, direitos humanos e cidadania*.

<sup>2</sup> A sociedade civil organizada, a partir de deliberação aprovada na Conferência Nacional LGBT, realizada em junho de 2008, tende a utilizar a sigla LGBT, com as letras nesta ordem, para se referir a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Esta é a razão pela qual neste texto e no relatório em geral também utilizamos a sigla com as letras nesta ordem, sem que isso signifique qualquer priorização das demandas de algum segmento em detrimento de outros. É importante mencionar que os grupos organizados de travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais no Brasil passam por um momento de forte afirmação de suas demandas políticas, ao mesmo tempo em que são aliados em permanente disputa identitária e de poder, a despeito de se apresentarem e de serem socialmente vistos como um movimento social unificado.

<sup>3</sup> Neste texto e no relatório como um todo, optamos pela utilização do termo *homofobia* por dois motivos: primeiro, por se tratar de categoria êmica, amplamente utilizada pelas entrevistadas em nossa pesquisa;

demandas da sociedade civil local e brasileira. Além disso, objetivou-se compreender como a presença do movimento LGBT goiano tem influenciado os processos de luta em torno da construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

Ao longo da pesquisa, fez-se levantamento documental<sup>4</sup> e entrevistas com representantes do movimento LGBT e, em menor medida, acadêmicas<sup>5</sup> e parlamentares. Um grupo de 26 pessoas foi entrevistado, algumas delas mais de uma vez, totalizando cerca de 40 horas de gravação. A maior parte das entrevistas foi realizada entre março de 2009 e março de 2010 e algumas poucas em fevereiro de 2011. Além de Goiânia, as entrevistadas residiam nas cidades de Anápolis, Ceres, Jataí, Quirinópolis, São Francisco e Caldas Novas.

---

segundo, pelo fato de que esse tem sido o termo mais utilizado pelo movimento LGBT em Goiás e no Brasil. Contudo, é importante mencionar que o preconceito, a discriminação, a intolerância e o ódio que atingem travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais possuem em comum o fato de estes segmentos sociais questionarem a ordem sexual e de gênero de maneiras afins, mas diferentes. Neste contexto, sublinhamos que a intolerância social em relação à homossexualidade masculina (idéia implícita à noção de homofobia) não necessariamente é da mesma ordem da que atinge lésbicas (oprimidas por uma lesbofobia que, além de homofóbica, é machista e sexista), bissexuais (ininteligíveis a partir de um modelo cultural hegemônico que interconecta necessária e coerentemente sexo, gênero, desejo e práticas sexuais), nem do repúdio e desprezo sistematicamente direcionados a travestis e transexuais, cujas existências ferem de morte os binarismos macho-fêmea, homem-mulher, e as torna vítimas preferenciais do terrorismo de gênero. Resta-nos dizer que a adoção do sufixo “fobia” para caracterizar qualquer modalidade de preconceito e discriminação sexual e de gênero parece-nos limitada, já que reforça um discurso biológico e patologizante, quando se sabe que os fundamentos das disputas de poder entre grupos diversos, inclusive sexuais, são claramente de ordem social, política, cultural e econômica. Mas essa discussão está além dos objetivos deste relatório e, na falta de alternativa melhor, também recorreremos à idéia de que a aversão e o ódio contra a população LGBT possuem um componente fóbico.

<sup>4</sup> Uma das dificuldades enfrentadas na pesquisa foi o acesso a documentos públicos que materializem a história do movimento LGBT goiano, muitos dos quais se perderam ao longo do tempo, especialmente em função da transitoriedade das sedes dos grupos e das fragilidades dos mecanismos de arquivamento e conservação. Todavia, a equipe de pesquisa teve o privilégio de poder consultar parte do conjunto de documentos do Grupo Ipê Rosa, disponibilizado pelo ativista Marco Aurélio Oliveira, material este que está passando por um processo de organização, com vistas à sua disponibilização em base de dados de acesso público, a partir do trabalho realizado por profissionais do Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq), da UFG.

<sup>5</sup> Neste texto e nos demais que integram o relatório, invertemos deliberadamente a regra gramatical que define o masculino como elemento neutro e adotamos o feminino como referência constante, independentemente do sexo dos sujeitos referidos. Adjetivos e substantivos masculinos, em nossa convenção, passam a ser o termo particular, usado apenas para referir pessoas do sexo masculino, quando no singular. O estranhamento inicial decorrente desta feminização da escrita e insurreição contra o androcentrismo lingüístico provavelmente passará após algumas poucas páginas de leitura.

## **Breves notas sobre a constituição do movimento LGBT em Goiás**

A história dos grupos e do ativismo LGBT em Goiás ganha materialidade com o surgimento dos primeiros grupos, entre os anos de 1995 e 1997. Tal processo se configura pela junção entre as trajetórias dos grupos e das ativistas, muitas das quais relataram que antes de ingressarem no movimento LGBT já militavam em outros movimentos sociais, como o sindicalista, de luta contra a aids e estudantil. Consta ainda na trajetória de algumas ativistas, a filiação a partidos políticos. Num percurso em que muitas vezes a experiência militante se funde à vida particular, as ativistas do movimento LGBT goiano dividem-se entre as que sempre desenvolveram suas atividades em Goiás, e as que começaram sua experiência militante em outras regiões do Brasil, antes de virem morar no estado. Tendo curso superior ou não, e atuando tanto na Capital quanto em cidades do interior, são as protagonistas da história do movimento LGBT goiano.

Ainda na década de 1980, houve em Goiás uma primeira tentativa de formação de um grupo de gays e lésbicas, um núcleo denominado “Triângulo Rosa”, constituído dentro do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>6</sup>. O grupo não avançou e não alcançou ou buscou institucionalização e não se sabe ao certo qual o período em que atuou.

No Brasil, grande parte dos primeiros grupos de ativismo propriamente LGBT surge no contexto da luta contra a aids, nos anos 1990 (FACCHINI, 2009). Em Goiás, os grupos se formaram na segunda metade daquela década, e parte de suas estruturas e ações foram financiadas pelo Ministério da Saúde, tendo em vista as grandes campanhas de prevenção de dst/aids. O primeiro grupo LGBT formalmente constituído no estado de Goiás, como organização não-governamental (ONG), foi a Associação Ipê Rosa, criada em 1995, a partir da qual surgiram outros grupos: a AGLT (Associação Goiana de Gays, Lésbicas e Travestis), criada em 1997, o GLG (Grupo Lésbico de Goiás), criado a partir da AGLT, e a Astral (Associação de Travestis, Transexuais e Liberados de Goiás), criada em 2000. Neste mesmo ano, foi criado o Labris - Núcleo de mulheres, no âmbito da Associação Ipê Rosa, que atuou no Fórum Goiano de Mulheres e junto ao Centro Popular da Mulher do estado de Goiás.

---

<sup>6</sup> Infelizmente, não temos registros fotográficos ou documentais deste período.

É preciso pontuar que a existência das divergências que levam às cisões e criação de novos grupos não é exclusividade do movimento LGBT, tanto em Goiás quanto em outros estados. Quando analisou a trajetória do grupo paulistano Somos, surgido em 1978 e considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa dos direitos de lésbicas e gays, Edward MacRae (1990) já nos falava sobre os famosos “rachas” entre seus membros.

Desse modo, a partir de demandas identitárias específicas surgiram como parte do movimento LGBT goiano, por exemplo, os grupos Oxumaré – Direitos Humanos Negritude e Homossexualidade, em 2003, e Colcha de Retalhos – a UFG saindo do Armário, em 2005. Esta criação de grupos formados por ativistas negras e estudantes universitárias também ocorre em outras partes do Brasil<sup>7</sup>. Já o grupo Lilases - Articulação Feminista Lésbica de Goiânia começou como um espaço de mulheres lésbicas e bissexuais dentro do grupo Colcha de Retalhos, em 2007, e depois tornou-se autônomo, tendo reunido também mulheres oriundas de outros grupos. É relevante citar que parte significativa de suas integrantes havia passado por cursos de formação feminista oferecido pelo grupo Transas do Corpo, ONG feminista que atua desde a década de 1980 em Goiânia.

Um dos primeiros grupos LGBT surgidos no interior de Goiás mapeados na presente investigação foi a Sociedade Oásis, criada em 1999 em Anápolis. De acordo com as entrevistadas, o grupo surgiu a partir do GAIA (Grupo de Apoio a Irmãos com Aids), que atuava na cidade ainda na década de 1980. A Sociedade Oásis mantinha, até a realização desta pesquisa, como foco principal a prevenção ao hiv-aids e outras dst. Na cidade de Jataí, em 2001 foi fundada a Associação Jataiense de Direitos Humanos Nova Mente (AJDH), cujo foco principal de atuação também estava voltado à prevenção do hiv-aids e outras dst, muito embora o grupo tenha sido o responsável pela organização de eventos culturais tais como o Miss Gay, ou a 1ª Parada do Orgulho de Jataí, em 2007. A Associação Arco-Íris, fundada em 2002 na cidade de Quirinópolis, foi responsável pela realização da 1ª e da 2ª Parada do Orgulho naquela cidade. Segundo uma ativista, numa época em que a população LGBT enfrentava “muita ditadura” na

---

<sup>7</sup> Neste sentido, destaca-se a Rede Nacional de Negras e Negros Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Rede Afro LGBT), fundada no 1º Encontro Nacional de Ativistas LGBT Afrodescendentes, realizado em novembro de 2005, em Brasília. Cabe destacar também a realização anual, desde 2003, do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES), organizado por grupos universitários LGBT.

cidade, a fundação do grupo significou “uma vitória muito grande” do movimento local. Já o Grupo Identidade, surgido em 2009 em Ceres, foi fundado a partir do grupo Amor Livre, responsável pela organização da 1ª Parada do Orgulho LGBT da cidade em 2005, e que atuou durante certo tempo em parceria como o Grupo Amor e Vida, voltado à prevenção do hiv-aids e outras dst. Além desses grupos, cabe mencionar a Associação de Gays, Lésbicas, Simpatizantes e Transgêneros da Região das Águas Quentes (AGLST-RAQ), que inclui em seu escopo de atuação, dentre outros municípios, a cidade de Caldas Novas.

Assim como a AGLST-RAQ, outros grupos LGBT criados no interior de Goiás ganharam fôlego a partir do Projeto Somos. Apoiado financeiramente pelo Programa Nacional de Aids, o Somos passou a fomentar a criação de novos grupos LGBT desde 1999, em todas as regiões geográficas do Brasil, particularmente com o objetivo de estimular a prevenção à epidemia de hiv/aids por meio de ações da sociedade civil dirigidas a gays e outros hsh (homens que fazem sexo com homens), vítimas prioritárias das contaminações. O projeto fez parte de uma iniciativa da Associação para a Saúde Integral e Cidadania da América Latina (ASICAL), realizada no Brasil pela ABGLT, por meio de grupos filiados que atuavam como Centros de Treinamento e Assessoria em todas as regiões do país. Em Goiás, o projeto foi realizado no estado a partir da AGLT.

Após essa breve caracterização dos principais grupos identificados na pesquisa, e tendo como eixo norteador as discussões sobre saberes, políticas sexuais e direitos humanos, este trabalho busca interpretar as relações entre o movimento LGBT em Goiás e setores, instituições, grupos ou sujeitos relativamente externos a ele, mas que influenciaram em sua atuação desde seu início, tais como o Estado (nos âmbitos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), outros movimentos sociais, igrejas, mercado segmentado, mídia e universidade. O objetivo é, assim, o de levar a uma compreensão mais abrangente acerca do contexto de surgimento e atuação do movimento LGBT goiano, tendo em vista que

(...) externamente deve-se perceber o contexto sociopolítico e cultural em que o movimento se insere, considerando seus opositores, as articulações, as redes externas construídas pelas lideranças e militantes, e suas relações com outros movimentos e lutas sociais, com órgãos estatais e demais agências da sociedade política, com igrejas e outras formas de religião, com outras instituições e atores da sociedade civil, e mesmo suas relações com a mídia em geral (URANY, 2008: 52).

Um possível fio condutor para a interpretação do movimento LGBT goiano para além de suas fronteiras são as afirmações das entrevistadas acerca de quais instâncias podem ser consideradas como suas parceiras ou oponentes. Antes disso, porém, cabem algumas considerações acerca das percepções das entrevistadas acerca das condições de vida para a população LGBT em Goiás.

### **Condições de vida: em algum lugar entre a modernidade e a tradição?**

A imaginação social brasileira e nossa própria experiência de brasilidade tem-se construído, pelo menos desde o século XIX, em torno da imagem e do sentimento de que o Brasil é um país dual. Formulado inicialmente como uma oposição entre civilização e barbárie, essa dualidade tem sido constantemente desdobrada em outros binarismos como civilizado/ primitivo; litoral/ sertão; cópia/ autêntico; moderno/ tradicional etc. (...) Entrelaçando imagens, idéias e emoções o sertão se constitui como o suporte mítico, ageográfico e atemporal, da saga que narra a conquista da civilização pela nação brasileira em seu devir (SENA, 2011: 01 (no prelo)).

Goiás é um estado roceiro, vamos dizer num português bem duro, é um estado roceiro e por ser roceiro, por ser um estado ainda de uma sociedade ignorante, de uma sociedade bruta no sentido de conhecimentos modernos e de compreensão desses conhecimentos modernos, mesmo diante de tanta tecnologia, internet, e por aí vai, a sociedade goiana, a sociedade puramente goiana mesmo ela não conseguiu acompanhar e nem entender muito essas mudanças mundiais tão aceleradas em nível de diversidade. Diversidade cultural, diversidade social, diversidade sexual. Ainda vai demorar um tempinho (Ativista).

Modernidade e tradição. Hierarquia e igualdade. Boa parte da produção sociológica e antropológica produzida sobre o Brasil desde o século XIX enfatizava tal dualismo sócio-cultural, ajudando a construir, pela via da ciência, a imagem de um país ambíguo, preso entre o passado e o futuro. Tal construção passa a ser relativizada a partir do momento em que se reconhecem as complexidades, pluralidades e idiosincrasias da Nação, que já não poderia ser explicada a partir de dicotomias simplistas e estanques. Analisando a obra do antropólogo Roger Bastide, por exemplo, Maria Isaura Pereira de Queiroz nos dirá que

(...) em lugar da dualidade cultural europeu-africano desvendada por Nina Rodrigues, da dualidade cidade-campo, revelada por Euclides da Cunha, ou da dualidade senhor-escravo, de que falava Gilberto Freyre, descobriu Bastide uma pluralidade de oposições sociais e de processos diferentes, imbricados uns nos outros, cuja quantidade e importância variavam de acordo com época e lugar, no país (QUEIROZ, 1983: 41).

Um dos temas mais presentes nas falas das entrevistadas acerca das condições de vida para a população LGBT em Goiás é a questão do preconceito, da falta de autonomia e de liberdade para expressão de afetos em público, da ausência de leis que regulem a questão da homofobia tanto nacional quanto localmente e da relativa carência de espaços para o lazer e a sociabilidade dessa população. Ao refletirem acerca dessas questões, as entrevistadas não apenas denunciam a homofobia e a misoginia locais, mas também (re)produzem, ainda que não intencionalmente, estereótipos acerca do estado de Goiás, de sua capital e das cidades do interior.

O que salta aos olhos é que, em certo sentido, a mesma dualidade utilizada durante muito tempo para se falar sobre o Brasil está presente nos discursos de boa parte das entrevistadas quando refletem sobre as condições de vida para a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no estado de Goiás.

#### A modernidade e a tradição no plano das continuidades e mudanças

Nesse sentido, percebemos a presença do dualismo entre o tradicional e o moderno nas falas das entrevistadas com bastante frequência, quando se referem aos preconceitos que ainda embasam a homofobia e a misoginia não apenas no estado de Goiás, mas também em sua capital, Goiânia.

Eu acho que há os particulares de ser Goiânia, uma cidade do centro do Brasil e nós não somos centro hegemônico de nada (...) E assim, por ser um lugar muito conservador, muito violento, muita violência contra mulheres. Goiânia é uma cidade muito violenta com as mulheres (Ativista).

Dentre os elementos destacados como marcadores daquilo que é apontado nas falas como um suposto caráter “provinciano” da cidade, figura a ausência relativa de locais de sociabilidade e de lazer para a população LGBT.

Para as entrevistadas, fora do chamado mercado comumente chamado de GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), há poucas opções de lazer para a população LGBT na capital. Algumas citaram parques e bosques da cidade conhecidos como locais de

“pegação”<sup>8</sup> entre homens, onde a expressão dos afetos e desejos não deixa de estar atrelada ao risco das batidas policiais e das agressões verbais e físicas. Outras lembraram o preconceito sofrido em locais comerciais não voltados a tal população, como restaurantes e *shopping centers*, onde a expressão pública de afeto entre homossexuais é frequentemente rechaçada.

Muitas entrevistadas, ao ressaltar a homofobia existente em Goiânia, compararam a cidade com outras capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Curitiba, imaginadas como contrapontos para pensar os preconceitos locais. Cabe mencionar, contudo, que a violência contra a população LGBT não está ausente em tais cidades, como evidenciam as recentes manchetes noticiando casos de agressões, por exemplo, em São Paulo, até mesmo em bairros e regiões “nobres”, conhecidas por abarcar uma intensa circulação de gays e lésbicas<sup>9</sup>, como é o caso da Avenida Paulista e da Rua Augusta. No plano do imaginário, contudo, tais metrópoles parecem servir como parâmetros para apontar um relativo “atraso” da capital goiana, para muitas das entrevistadas. Contudo, houve quem relativizasse tais idéias.

Eu não acho que tenha nenhum tipo de coisa específica que... em função da condição de ser uma cidade de médio porte, num estado agrário. Goiânia em si, eu não vejo isso como problema não. Talvez no interior a coisa seja um pouquinho mais acentuada, mas em Goiânia eu acho que ela segue os padrões de qualquer outra cidade do mesmo tamanho (Ativista).

Se o trecho acima desloca as representações de Goiânia como “atrasada” em relação a outros contextos, afirmando que os preconceitos e dificuldades aqui existentes figuram também em outras cidades e regiões do país, aponta também para outro elemento que chama a atenção nas falas das entrevistadas por seu efeito estereotípico, e que diz respeito à comparação entre capital e interior.

Se, em comparação a outras metrópoles, a capital de Goiás é discursivamente localizada no plano da tradição e da hierarquia, em relação ao interior do estado, Goiânia passa rapidamente a ocupar, nas entrevistas, o lugar da modernidade, da metrópole potencialmente mais igualitária, anônima e cosmopolita, onde as condições

---

<sup>8</sup> Termo êmico, utilizado como referência às práticas sexuais entre homens em locais públicos, como parques, banheiros, praças (a esse respeito, ver TEIXEIRA, 2009).

<sup>9</sup> Análises antropológicas desses circuitos podem ser encontradas em França (2006) e em Vega (2008).

de vida para a população LGBT seriam pautadas pela maior liberdade e pelo preconceito menos ostensivo.

As memórias das entrevistadas acerca das condições de vida nas cidades do interior do estado de Goiás são marcadas por episódios de preconceito e intolerância. Para as entrevistadas, contudo, se ainda são fortes e recorrentes os preconceitos sofridos por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nas cidades do interior de Goiás, também há sinais de mudanças. Nesse sentido, as ações do movimento LGBT são ressaltadas como fundamentais e pioneiras. Especialmente, no caso dessas cidades, a realização das Paradas do Orgulho LGBT.

Eu sempre gosto de frisar, a gente foi a menor cidade do mundo a fazer uma Parada Gay, entendeu? E isso foi até registrado pela G Magazine na época, né? A menor cidade do mundo a fazer uma Parada Gay (Ativista).

#### “Uma banana para a homofobia”

Assim como no interior, em Goiânia também são apontadas pelas entrevistadas algumas mudanças nas condições de vida para a população LGBT, sobretudo no que diz respeito a sua maior visibilidade, ressaltando a relevância e impacto relativo de ações do movimento social organizado, particularmente as Paradas do Orgulho.

As mudanças não se limitariam, para as entrevistadas, ao aumento do número de pessoas que a cada ano comparece às paradas, mas a uma maior visibilidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no cotidiano, muito embora tal processo ocorra de maneira diferenciada para cada um desses segmentos, ainda com fortíssima estigmatização social especialmente de travestis e transexuais. Nesse sentido, as falas citam como exemplo a ocupação de espaços públicos por parte de adolescentes e jovens LGBT, como aquelas que vêm da periferia para um parque localizado em área nobre da cidade, o Vaca Brava, aos finais de semana.

Aos domingos, geralmente a partir das 14 horas, o local passa a receber um número crescente de jovens, situação que é suficiente para despertar a atenção de transeuntes. A começar por seus corpos, tanto garotas quanto garotos trajam roupas, acessórios, maquiagens e penteados que evocam um desafio à inteligibilidade de suas performances de gênero. Essas/es jovens utilizam dessa região específica no parque para encontrar amigas/os, além de paquerar, beijar e compartilhar demais afetos entre companheiras/os (PERILO, 2010: 4).

Para algumas das entrevistadas, tais processos de ocupação de espaços públicos podem, de algum modo, ser efeito das demandas por visibilidade defendidas pelo movimento LGBT.

Nesse sentido, outro exemplo bastante citado pelas entrevistadas foi o protesto organizado, em 2006, pelo grupo Colcha de Retalhos – a UFG saindo do armário (formado por estudantes universitárias), com o apoio da AGLT, Ipê Rosa, Grupo Lésbico de Goiás e dos grupos Centro de Mídia Independente e Resistência Feminista Revolucionária, no Banana Shopping, localizado em uma das avenidas mais movimentadas do centro de Goiânia. A partir da experiência de discriminação e preconceito contra membros do Colcha de Retalhos, impedidos por seguranças do shopping de manifestar publicamente afeto com parceiras do mesmo sexo, cerca de 150 pessoas resolveram promover um protesto na entrada do estabelecimento<sup>10</sup>. As ativistas relembram este caso, citando que a falta de uma legislação protetiva contra a homofobia em Goiás faz com que episódios como este se repitam.

Assim, se por um lado as entrevistadas ressaltam que há muitas continuidades nos processos de exclusão social que impedem a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais<sup>11</sup> em Goiânia e no interior do estado, por outro lado ressaltam o quanto algumas iniciativas do movimento LGBT local, como a realização das Paradas do Orgulho e outras manifestações em prol da visibilidade, reverberam positivamente nas condições de vida para a população LGBT, incidindo em processos, ainda que lentos, de mudança.

### **O lazer, o mercado GLS e a mídia – algumas perspectivas locais**

De acordo com Isadora Lins França, o reflorescimento do movimento LGBT e a ampliação e consolidação do mercado segmentado GLS (gays, lésbicas e

---

<sup>10</sup> Há um vídeo no youtube que mostra a manifestação:

<http://www.youtube.com/watch?v=pFbKIjNX9Ls> [Acesso em 24/04/11].

<sup>11</sup> Muito embora tenhamos em mente que tais processos atuam de maneiras distintas em função de cada uma dessas categorias identitárias.

“simpatizantes”) são processos que ocorreram paralelamente na cidade de São Paulo na década de 1990 (FRANÇA, 2006). Para ela,

Se considerarmos que o mercado segmentado produz diferentes categorias em torno do que é “ser homossexual” e faz circular referências e imagens identitárias acerca dos possíveis estilos ligados à homossexualidade, podemos dizer que colabora para construir e reforçar identidades coletivas que servem de referência para a atuação do movimento, e vice-versa. Temos, então, um campo comum entre movimento e mercado (FRANÇA, 2006: 24).

Goiânia é hoje uma metrópole com mais de 1,3 milhões de habitantes, o que, segundo o IBGE, a coloca como a décima segunda maior cidade do país, em termos populacionais. Sua região metropolitana soma hoje mais de 2 milhões de pessoas. A cidade conta hoje com um mercado segmentado GLS, que inclui boates, bares, além de locais comerciais para sexo entre homens, como saunas e cinemas pornográficos.

Pesquisas como as de Isadora Lins França (2006) e de Regina Facchini (2008), que tomam como objeto as dinâmicas de surgimento e atuação desse mercado em São Paulo, evidenciam sua crescente importância, além da atuação política, para um entendimento sócio-antropológico dos processos contemporâneos de constituição de identidades e subjetividades lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em tais contextos. É nesse sentido que, nesta pesquisa, conversamos com as entrevistadas a respeito da possível relevância ou impacto de tal mercado para o movimento social LGBT no estado de Goiás, indagando sobre as pontes entre o mercado e o ativismo social.

#### O lazer e o mercado GLS na capital e no interior na visão das entrevistadas

Muitas entrevistadas chamaram a atenção para o fato de que o mercado GLS em Goiânia, assim como ocorre em outras capitais, a despeito de trazer mais opções do que no interior, não abarca a população LGBT de modo igualitário. Algumas atentaram criticamente para o fato de que o acesso a tais lugares é sempre “limitado pelo preço”. Nesse sentido, até existiriam variadas opções de lazer, mas para aquelas com condições financeiras para consumir nos lugares (e dos lugares). Além disso, assim como ocorre em outras capitais (SIMÕES, 2004), a maioria dos locais, com exceção das saunas e

cinemas pornô, estaria voltada para a sociabilidade entre pessoas jovens. Em terceiro lugar, os locais existentes estariam voltados majoritariamente a gays e lésbicas, sendo pouco expressiva a frequência de travestis e transexuais – algumas entrevistadas relataram, inclusive, que em muitos locais elas seriam proibidas de entrar.

É possível, assim, perceber nas entrevistas algumas ambivalências a respeito do chamado mercado GLS e suas possíveis relações com as demandas do movimento LGBT. Em primeiro lugar, se em muitas delas ressalta-se que os bares, boates e outros estabelecimentos comerciais são importantes para tal população, à medida em que permitem a expressão de afetos e o estabelecimento de amizades em um contexto sócio-cultural ainda bastante marcado pela homofobia, por outro lado muitas ressaltam que a luta política deveria ser pela possibilidade de circulação de pessoas LGBT em todos os espaços: comerciais ou não, GLS ou não.

Chama a atenção que as entrevistadas do interior tenham ressaltado, em comparação à capital, a relativa ausência de espaços de lazer e sociabilidade para a população LGBT, aludindo à falta de um mercado propriamente GLS. Apenas uma entrevistada da cidade de Quirinópolis mencionou uma casa que realiza noites voltadas para esse público, aos domingos. Foram também mencionadas algumas festas organizadas esporadicamente por DJs ou por ativistas em suas casas ou em espaços comerciais, muito embora nem sempre seja fácil conseguir alugá-los em função do preconceito das proprietárias dos estabelecimentos.

Algumas entrevistadas ressaltaram a importância de parcerias com estabelecimentos comerciais do mercado GLS para ações e demandas do movimento LGBT no estado. Nesse sentido, destacaram as Paradas do Orgulho LGBT como momentos especiais em que tais parcerias se materializam. A época de realização das Paradas em Goiânia, assim como em outras cidades, é marcada por variados eventos, compondo um calendário de atividades culturais e debates abertos ao público em torno de questões vinculadas à diversidade sexual e de gênero. Nesse período, bares e boates de Goiânia não apenas realizam atividades especiais relacionadas diretamente à Parada, como financiam em parte os carros alegóricos do evento, estampando seus nomes e divulgando as festas temáticas que promovem.

As entrevistadas ressaltaram o quanto seria importante se tais parcerias se dessem durante todo o ano, e não apenas quando da realização das paradas. Nesse

sentido, algumas criticaram as empresárias pela falta de apoio às organizações e grupos da sociedade civil que lutam em prol da população LGBT. Outras entrevistadas, contudo, ressaltaram que o próprio movimento LGBT local não se apropria estrategicamente do mercado, propondo atividades e parcerias, que na visão delas poderiam, inclusive, aproximar o movimento daquilo que é narrado por algumas como sua “base” e, por outras, como a “comunidade” LGBT.

Apesar das críticas, algumas entrevistadas rememoraram parcerias entre movimento social e mercado para além das paradas LGBT. Um exemplo bastante citado foi o de uma das primeiras boates GLS de Goiânia, chamada “Jump –house of fun”. A casa, criada em 1996, funcionou durante quase 10 anos no Setor Oeste (região da cidade considerada “nobre”) e realizou ao longo de sua história algumas festas em prol de ONG locais voltadas às questões LGBT.

### O movimento LGBT e a mídia – aproximações e tensões

De acordo com Iara Beleli (2009), o modo como a população LGBT foi historicamente retratada na mídia nacional tendeu muitas vezes a reforçar (ou ajudar a criar) uma série de estereótipos, como o dos “gays afeminados” e das “lésbicas masculinizadas” – sujeitos submetidos ao escárnio escancarado, particularmente em programas humorísticos. Nesse sentido, uma das colocações que mais se repete entre as entrevistadas é a forma “estereotipada” a partir da qual lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são representadas em produtos de comunicação, principalmente os de entretenimento.

Segundo Beleli, é inegável que a visibilidade de gays e lésbicas nas telenovelas, ou mesmo na publicidade, é crescente. Além disso, é importante ter em mente que há hoje uma maior pluralidade nas imagens veiculadas a respeito dessa população.

Nos últimos anos, algumas mudanças significativas começam a aparecer na televisão aberta, especialmente nas novelas, que têm veiculado imagens diferentes das “caricaturas” antes predominantes, impulsionada pela visibilidade desses sujeitos – ativistas ou não – em outros setores (BELELI, 2009: 115).

Entretanto, a autora chama a atenção para a maneira “higienizada” como a homossexualidade vem sendo retratada na mídia, em especial nas telenovelas brasileiras. Esse aspecto também foi ressaltado nas entrevistas, enfatizando o quanto as relações homossexuais são mostradas de maneira “assexuada” na televisão aberta, que ainda censura os beijos entre homossexuais, compondo o que Beleli chama de “crônica do beijo anunciado” (BELELI, 2009: 124).

No que diz respeito especificamente às relações entre o movimento LGBT e a mídia em Goiás, as ambivalências persistem. Algumas entrevistadas avaliaram positivamente o fato de que muitas vezes a esfera midiática local oferece um patamar de visibilidade ao movimento e transforma suas demandas em pautas.

Nas avaliações positivas em relação à mídia goiana, também foi mencionada por algumas entrevistadas a existência da “Coluna do Meio”, do jornalista e ativista Leo Mendes, publicada aos domingos no jornal Diário da Manhã. Além disso, foram mencionadas algumas matérias episódicas que evidenciariam certo apoio da mídia a questões LGBT no estado, como uma entrevista com uma militante travesti publicada por um jornal da cidade de Rio Verde, chamado O Mercador.

Isto não implica, porém, que a mídia – nesse caso, especialmente os jornais de maior circulação – seja considerada sempre uma parceira fiel ou apoio constante às demandas do movimento. Nesse sentido, algumas críticas foram tecidas à maneira parcial ou limitada como por vezes as questões LGBT são retratadas.

Cabe ressaltar ainda a existência de alguns jornais que foram produzidos pelos próprios grupos do movimento LGBT goiano, com distribuição gratuita, como uma forma de divulgação de seu cotidiano, suas pautas e demandas, embora com circulação restrita e por um período de circulação geralmente curto. Tais materiais servem como exemplos para apontar a existência de estratégias midiáticas produzidas pelo próprio Movimento LGBT, como contraponto à “grande mídia”, cujas relações com o movimento, segundo as próprias entrevistadas, muitas vezes são tensas.

## **Relações entre o movimento LGBT goiano, outros movimentos sociais e as universidades**

O movimento LGBT surge em Goiás num contexto social e político diferente do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 no Brasil, período conhecido como de redemocratização, de aparecimento do então chamado Movimento Homossexual Brasileiro, inicialmente em São Paulo e contraposto ao Estado em nome de maior liberdade sexual e visibilidade/aceitação social da homossexualidade (MACRAE, 1990)<sup>12</sup>.

Como nos lembra Regina Facchini, “as primeiras políticas públicas brasileiras cujo foco são *homossexuais* têm por ocasião o combate à epidemia do HIV/Aids no início dos anos 1990” (FACCHINI, 2009: 136).<sup>13</sup> Assim, o contexto de surgimento do movimento LGBT em Goiás é o de enfrentamento da epidemia, de incipiente visibilidade dos estudos sobre homossexualidade nas universidades, de ampliação das representações de pessoas LGBT na mídia, de crescimento do mercado segmentado voltado a essa população e de estreitamento das relações entre o Movimento LGBT e o Estado.

É importante salientar, de início, que as representações acerca das relações entre o movimento LGBT e outros movimentos sociais não são consensuais entre as entrevistadas. Muitas delas, ao mencionar tais relações, frisaram o quanto elas são marcadas por tensões e disputas. Por um lado, algumas destacaram que o movimento LGBT goiano não abre espaço suficiente para a discussão de demandas de outros movimentos sociais e lutas mais gerais. Em contrapartida, outras entrevistadas fizeram o caminho inverso, refletindo que muitas vezes tais movimentos não estão dispostos a

---

<sup>12</sup> Vale lembrar que pelo menos quatro marcos fundamentais na agenda de lutas do movimento LGBT brasileiro ocorreram no mesmo ano de fundação do Ipê Rosa, em Goiânia: a realização da 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA), no Rio de Janeiro; a realização da 1ª Marcha do Orgulho LGBT no Brasil, no Rio de Janeiro, ao final da referida conferência da ILGA; a fundação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); e a apresentação, pela então Deputada Marta Suplicy, do Projeto de Lei nº 1.151, que regulamenta a união civil entre pessoas do mesmo sexo e da Proposta de Emenda Constitucional nº 139, que proíbe a discriminação por orientação sexual.

<sup>13</sup> “Desde a década de 1980, a saúde é a pasta que congrega as ações mais numerosas, efetivas e estruturadas para LTGB no Brasil, nos âmbitos federal, estadual e municipal, geralmente associadas ao combate às dst/hiv/aids, e apenas muito recentemente concebidas a partir de um referencial de saúde integral” (PERILO *et al*: 2010: 219).

trazer para suas discussões internas as questões propriamente LGBT. Contudo, é possível perceber que alguns movimentos sociais são majoritariamente percebidos como parceiros do movimento LGBT em Goiás, desde a fundação dos primeiros grupos, em meados dos anos 1990. Destacam-se, nesse sentido, o movimento de combate à aids, o movimento feminista e parte do movimento sindical.

Muitas entrevistadas mencionaram que foram das primeiras ONG e grupos formados em Goiás, especialmente em Goiânia, comprometidos com o enfrentamento da epidemia de hiv/aids que vieram boa parte das primeiras militantes LGBT do estado. Em 2000, foi criado o Fórum Goiano de Luta Contra a AIDS/DST, que em seu estatuto trazia como principal objetivo articular uma rede de organizações não-governamentais (ONG), organizações governamentais (OG) e organizações da sociedade civil (OSC) que atuavam na área da aids e outras dst. A criação do Fórum, para muitas entrevistadas, consolidou um processo que já vinha ocorrendo na capital desde o final dos anos 1980, de estreitamento das relações entre ativistas LGBT e o movimento feminista, representado pelo Grupo Transas do Corpo, que se constituiu na capital ainda naquela década e se mantém até hoje como referência no campo feminista. Tal relação se estabelecia, sobretudo, por meio de capacitações e treinamentos oferecidos pelo Transas do Corpo na área da aids, dos quais participaram muitas das primeiras militantes do movimento LGBT local.

Neste ponto, vale a pena mencionar que, apesar do reconhecimento da importância da luta contra a aids no contexto de surgimento do movimento LGBT em Goiás, as entrevistadas ressaltaram o quanto sua atuação é, hoje, autonomizada em grande medida do campo das lutas contra o hiv/aids. Tal processo provavelmente está associado, como explicitado em relatório da pesquisa *Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar*, também realizada pela equipe do Ser-Tão, ao “caráter recente do processo de institucionalização de políticas públicas para a população LGBT no Brasil, iniciado apenas em 2004, com a publicação do *Programa Brasil sem Homofobia*, num contexto em que as propostas apresentadas não mais se restringiam ao universo do combate à epidemia de aids, como ocorria até então” (MELLO *et al*, 2010: 44).

Além do movimento feminista, algumas entrevistadas mencionaram positivamente as relações junto a outros movimentos sociais locais, como, por exemplo,

o movimento negro. Tal relação implica, inclusive, a existência atual de ao menos um grupo cuja atuação está pautada tanto pela questão racial quanto pela LGBT, o Oxumaré. Nesse sentido, também uma parte do movimento sindical foi apontada, por muitas das primeiras militantes LGBT de Goiás, como parcerias importantes tanto no contexto de constituição dos primeiros grupos, quanto na atualidade. Ao refletirem sobre pessoas cujo histórico de atuação coaduna-se com as bandeiras do movimento LGBT, mas que não fazem parte dele diretamente, algumas entrevistadas citaram pessoas que integraram, por exemplo, alguns sindicatos locais. Esse apoio de alguns sindicatos implica desde trazer para o interior das plenárias questões relativas à população LGBT, até o apoio material à confecção de cartazes, folders, banners, auxílio-alimentação para a realização e participação em eventos, além de doação de dinheiro em espécie a projetos executados por grupos que não tinham sido financiados pelo governo, por meio de editais.

#### As universidades e a produção acadêmica sobre a temática LGBT em Goiás

No que diz respeito aos campos percebidos como potenciais parceiros do movimento LGBT goiano, as universidades também são citadas por muitas entrevistadas. Algumas professoras e pesquisadoras são reconhecidas como pessoas que, mesmo não pertencendo diretamente ao movimento LGBT, são dele aliadas, como aquelas que trabalham nas áreas dos estudos de gênero, sexualidade, direitos humanos, direitos sexuais e cidadania.

Neste contexto, cabe ressaltar que um dos subprojetos da presente investigação visava realizar um levantamento de trabalhos acadêmicos que abordam a temática LGBT em Goiás, entre 1988 e 2008 (XAVIER e MELLO, 2009)<sup>14</sup>. Vale retomar aqui os principais resultados deste estudo, em linhas gerais, com a ressalva de que, de 2008 para cá, provavelmente vários outros trabalhos já devem ter sido desenvolvidos.

A despeito de a produção acadêmica em torno da homossexualidade ser recente no estado, em comparação com outros contextos do país, as conclusões do estudo

---

<sup>14</sup> Também participou deste levantamento de dados Wildes Andrade, como bolsista de iniciação científica, nos primeiros seis meses da pesquisa.

apontam que a ação de ativistas e do movimento LGBT contribuíram para uma maior visibilidade de questões relativas a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Além disso, indicam que o cenário acadêmico acompanhou tal processo, inclusive em Goiás. Se o movimento organiza-se aqui a partir da segunda metade dos anos 1990, não é de espantar que seja nesse mesmo contexto que se tenham iniciado localmente as pesquisas relacionadas à homossexualidade.

Nesse sentido, vale a pena destacar, como fazem as entrevistadas, o impacto do surgimento recente de grupos de militantes compostos por universitárias, como o Colcha de Retalhos, bem como de núcleos de pesquisa sobre gênero e sexualidade, como o Ser-Tão, criado em 2006, tanto para estreitar os laços entre esses dois campos – ativismo social e academia – quanto para trazer, para o interior das universidades, discussões em torno dos preconceitos que ainda marcam as experiências sociais de pessoas LGBT não apenas em Goiás, mas no Brasil.

### **Relações entre o movimento LGBT goiano e o Poder Executivo**

A partir da década de 1980, com o processo de redemocratização no Brasil, diversas agremiações da sociedade civil, incluindo o então chamado movimento homossexual brasileiro, passaram cada vez mais a considerar o Estado não como um opositor, mas como um agente privilegiado em seu campo de relações e negociações. Nesse contexto, distintos grupos do movimento LGBT estruturaram-se em organizações não-governamentais como um meio de buscar diálogos institucionais e captar financiamentos, o que ocorre principalmente a partir da década de 1990 (FACCHINI e FRANÇA, 2009; SANTOS, 2007).

Desde então, as reivindicações na área da saúde relacionadas a hiv-dst-aids possibilitaram a criação de canais de interlocução entre o movimento social e o Estado brasileiro, bem como a emergência de políticas públicas direcionadas especificamente a gays, bissexuais, travestis e homens que fazem sexo com homens (hsh). A partir de 2004, com o lançamento do Programa Brasil Sem Homofobia pelo governo federal, as demandas dessa população passaram a ser atendidas com maior frequência, inclusive por órgãos das áreas de educação e segurança pública, passando a contemplar um

público-alvo mais abrangente, constituído também por lésbicas e transexuais (PERILO *et. al.*, 2010).

Nas duas últimas décadas, o movimento LGBT não apenas teve acréscimo de grupos, mas pôde articular-se em redes e associações, o que se tornou importante para a criação de agendas para interação com o governo por meio de encontros, conselhos e demais instâncias (SIMÕES e FACCHINI, 2009). Os grupos e instituições do movimento LGBT em Goiás também se inseriram em tal cenário e têm investido em contato com o governo federal.

No estado de Goiás, o que se observa a partir dos relatos das ativistas é que, até muito recentemente, houve uma marcante carência de espaços para diálogo do movimento com o governo. Mesmo que existissem algumas ações e canais de interação, como nas secretarias estadual e municipais de saúde, as demandas por cidadania e acesso a direitos civis que extravasassem ações de prevenção e combate a hiv-dst-aids também ficaram sem atenção por muitos anos.

Em âmbito municipal, desde a fundação do Grupo Ipê Rosa, em 1995, esse quadro foi mantido. Em Goiânia, e nas cidades do interior do estado, não há praticamente nenhuma interação entre o movimento e os governos municipais em pastas como educação, cultura e segurança pública. Esse quadro é agravado em alguns municípios, como em Ceres, onde mesmo na saúde há omissão no atendimento à população LGBT, como destacou uma ativista.

Esse cenário é similar ao de outras cidades, inclusive Goiânia, onde surgem dificuldades de acesso de ativistas a gestoras ou mesmo à promoção de atividades da Secretaria Municipal de Saúde para combate e prevenção a doenças sexualmente transmissíveis direcionadas a tal público. A esse respeito, uma entrevistada registra que “o único local em que nós estávamos estabelecidos – que era na saúde – em vez de avançar, caiu”.

Considerando a ausência de instâncias na esfera municipal para diálogo com o movimento e promoção de políticas públicas para LGBT, as ativistas citam que, para algumas demandas dessa população, a alternativa foi recorrer a outros ambientes. A fim de manter contanto direito com gestoras, o movimento recorreu a conselhos setoriais, como os municipais e estadual de Saúde, onde mantém cadeira. Além disso, um dos locais citados como efetivo canal de diálogo com o Estado – e que foge do escopo do

Poder Executivo – são as câmaras de vereadoras por meio de comissões, como as que lidam com direitos humanos e cidadania.

Apesar de ocasionalmente acolherem reivindicações de ativistas, essas instâncias lidam com diversos segmentos populacionais e por vezes não correspondem ao que ativistas consideram como o canal adequado para o diálogo com o Estado, uma vez que neste caso não há gestoras e estrutura que possibilitem trabalhos focados no combate à homofobia e na ampla agenda de reivindicações do movimento.

Com a carência de ações para LGBT nos municípios, os ambientes privilegiados para diálogo do movimento passam a ocorrer junto ao estado. No Executivo estadual, até recentemente o quadro ilustrado no âmbito dos municípios era similar. Esse cenário passa a ser alterado a partir da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Igualdade Racial (SEMIRA), em 2007. A Semira passou a destacar-se como um importante canal de contato no que diz respeito à promoção de políticas voltadas a lésbicas, gays, travestis, transexuais e bissexuais, o que ocorreu por dois principais motivos, sendo 1) a atuação da pasta na promoção de políticas públicas para mulheres e negras, o que possibilitava a extensão potencial das mesmas para outros públicos-alvo; e 2) a realização, em abril de 2008, da Conferência Estadual LGBT, sendo a referida secretaria o órgão responsável por sua promoção em âmbito estadual.

Os desdobramentos da Conferência e do recém-inaugurado canal de interação do movimento junto à Semira favoreceram a inauguração em agosto de 2009, do Centro de Referência da Igualdade, concebido para atender grupos sociais diversos (mulheres, jovens, idosas, negras e também LGBT), que demandassem apoio jurídico, assistência social e atendimento psicológico. Além disso, por meio do Decreto nº 6.855, de 31.12.08, foi criado o Conselho Estadual LGBT, que reuniria ativistas e gestoras com o objetivo de formular, propor e fiscalizar ações do governo estadual para tal população.

Apesar de ser um conselho específico, ao menos inicialmente sua dinâmica de funcionamento não correspondeu às demandas de ativistas goianas. A insatisfação ocorreu principalmente em função das dúvidas sobre sua eficácia como um local onde pudesse ser potencializado o diálogo da sociedade civil com o Estado. Em 2011, as possibilidades de diálogo entre sociedade civil e o governo estadual parecem se ampliar a partir da reforma na estrutura administrativa da Semira, que, entre outras competências, passou a agregar uma Gerência de Políticas da Diversidade, vinculada ao

Gabinete da Secretária. Nesse mesmo ano, a Semira também passou a ter, dentre suas competências, a elaboração de campanhas educativas e anti-discriminatórias relacionadas à diversidade sexual, além daquelas focadas na igualdade de gênero e racial<sup>15</sup>.

Se, por um lado, quando aludem ao governo estadual as ativistas não mais tratam apenas da Secretaria de Saúde, senão a outros órgãos como a Semira, por outro, apesar da criação da Gerência da Diversidade as lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais estão à mercê de um surgimento incipiente de canais para comunicação e promoção de políticas com foco em tal população. Complexifica tal cenário o fato de que novos ambientes, tais como o Conselho, padecem da mesma fragilidade de outras instâncias já utilizadas pelo movimento para interagir com os governos, como as secretarias de saúde.

#### Sobre trânsitos nas atuações de ativistas e gestoras

A interação do movimento LGBT goiano com o Poder Executivo possibilita uma reflexão quanto aos limites da atuação governamental frente a demandas de gays, lésbicas, travestis, bissexuais e transexuais. Constam nas entrevistas alguns relatos que sinalizam uma sobreposição dos papéis de gestora e ativista, o que gera distintas implicações para a promoção de políticas públicas.

Uma dessas situações pode ser exemplificada no caso de ao menos duas cidades do interior do estado, cujas militantes indicam uma modalidade específica de parceria construída com órgãos dos governos municipais. Enquanto as organizações do movimento necessitam de uma sede para funcionar e não possuem recursos para pagamento de aluguel, a prefeitura oferece uma sala para o desenvolvimento de atividades que, a rigor, seriam de responsabilidade do Estado. Essa espécie de permuta é realizada geralmente no âmbito de ações de prevenção e combate às dst-hiv-aids, por meio das quais a sociedade civil entra com a realização de trabalho de prevenção junto a gays, travestis e outros hsh, público-alvo dessas campanhas de saúde e, por outro lado,

---

<sup>15</sup> Decretos nº 7.234, de 25.2.11, e nº 7.387, de 28.6.11, respectivamente.

as prefeituras apóiam financeiramente os grupos que realizam atividades que deveriam, em princípio, ser executadas por gestoras governamentais.

Contudo, esse trânsito entre as responsabilidades do movimento social e governos gera distintas conseqüências, sendo uma delas a restrição de autonomia das ativistas e da liberdade de crítica diante da frágil atuação do Poder Público no combate ao preconceito e à discriminação da população LGBT.

Ainda assim é preciso sinalizar que também há aspectos favoráveis à organização da sociedade civil decorrentes da negociação de suas demandas com o Estado, como comentam Regina Facchini e Isadora Lins França.

Se a política de prevenção à aids adotada no Brasil direcionou temporariamente as pautas para a saúde, estimulou a expansão do movimento para fora das capitais e dos circuitos de classe média e manteve o foco da atenção no nível das políticas federais, outros processos, como o de descentralização da política de saúde e o de preparação da Conferência GLBT em âmbitos municipal, estadual e federal, têm exigido o fortalecimento do controle social em nível local, recolocando a polaridade entre Estado e sociedade civil e exigindo maior capilaridade do próprio movimento (FACCHINI e FRANÇA, 2009: 73).

Como ocorreu em muitas capitais brasileiras nas décadas de 1980 e 1990, a capilarização do movimento LGBT no interior de Goiás pôde ser realizada por meio das políticas de prevenção e combate ao hiv-aids. O aporte financeiro e logístico da área da saúde possibilitou ao movimento, inclusive, expandir sua atuação para demandas mais amplas que aquelas relacionadas à saúde e, ainda, a públicos mais abrangentes, não diretamente atingidos pela epidemia, a exemplo das lésbicas.

Nas duas últimas décadas é possível considerar que não só no movimento LGBT, mas também outros, como de mulheres e negras, por exemplo, houve um processo que permitiu o ingresso no governo de quadros mais comprometidos com as reivindicações dessas populações e, simultaneamente, a capacitação de ativistas que passaram a lidar melhor com a linguagem e meandros relacionados à promoção de políticas públicas no âmbito governamental.

Como destaca Evelina Dagnino, a partir do processo de redemocratização brasileiro “o confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores cederam lugar a uma aposta na possibilidade da sua ação conjunta para o aprofundamento democrático” (DAGNINO,

1996: 96). Desse modo, ativistas e gestoras se tornaram figuras mais próximas, o que pode contribuir para um diálogo mais efetivo para as populações que demandam políticas, como é o caso da LGBT (PERILO, et. al. 2010).

### **O movimento LGBT goiano e os poderes Legislativo e Judiciário**

Inicialmente, é preciso destacar a importância de decisões ocorridas no âmbito do Judiciário de Goiás – muitas delas consequência da atuação e pressão do movimento LGBT local - que, a despeito de existirem em pequeno número e serem pontuais (versando sobre adoção, reconhecimento de união estável, mudança de nome no registro civil de transexuais) existem e se tornam importantes à medida que vão quebrando paradigmas, em nível local e também nacional. Decisões inéditas como a do juiz goiano Maurício Porfírio, em 2009, que concedeu a um casal de lésbicas o direito de adoção, merecem destaque, especialmente por inovarem no cenário do Judiciário local. Igualmente, um ano antes, em 2008, deu-se a primeira decisão reconhecendo a união estável de um casal de homens com fins sucessórios em Goiás, já que um dos rapazes havia morrido, e o outro, na condição de companheiro, pretendia figurar como herdeiro. A sentença foi dada pela juíza Sirlei Martins, que depois foi seguida pela juíza Maria Luíza Póvoa em outras ocasiões.

O jornal “Diário da Manhã” do dia 30 de abril de 2008, noticiando a decisão, trouxe na reportagem um subtítulo chamativo: *“Goiás está atrás de outros estados”*, destacando, como fazem as entrevistadas, o pioneirismo do Rio do Grande do Sul na questão onde, desde 2004, os casais do mesmo sexo já podiam registrar suas uniões estáveis em cartório. Tal concessão foi oficialmente permitida pelo Provimento n°. 006/2004, da Corregedoria Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, publicado no dia 03 de março daquele ano.

Fora esses acontecimentos, vale destacar, no âmbito do INCRA, em 2007, o reconhecimento de um casal de lésbicas como unidade familiar beneficiária de um programa de reforma agrária. A Instrução Normativa 38 desse mesmo órgão, que embasou a decisão, garantia a participação da mulher no programa, independente de seu estado civil (e neste caso, também de sua orientação sexual). Assim, o casal conseguiu

permanecer no Assentamento Nova Aliança, no município de Baliza - GO, com o status de unidade familiar.

Na realidade goiana, no âmbito dos direitos de transexuais, onde a maioria absoluta das demandas jurídicas versa sobre a mudança de nome e sexo no registro civil, após realização de cirurgia de transgenitalização, o grande problema percebido pelas entrevistadas é a falta de segurança jurídica. Casos idênticos são tratados de maneiras diversas, a depender das crenças e convicções morais, filosóficas, religiosas e políticas de cada juíza. Daí o problema da “subjetividade em excesso”, agravada pela inexistência de lei capaz de estabelecer uma objetividade mínima. Isso a despeito do fato de que no Hospital das Clínicas, vinculado à Universidade Federal de Goiás, funciona, desde 1999, um dos quatro centros de atendimento especializado para pessoas transexuais no Brasil (os demais estão nas cidades de Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo), que oferece todas as etapas do tratamento médico e psicológico que integra o conjunto de procedimentos da chamada readequação sexual.

### O Legislativo goiano e o movimento LGBT

Um primeiro aspecto fundamental a ser destacado é o quanto, no âmbito do Poder Legislativo, a Assembléia Legislativa de Goiás e as Câmaras Municipais de Vereadores são vistas pelas ativistas entrevistadas como pouco abertas à promoção de direitos sexuais e ao combate à homofobia, inclusive quando suas ações são comparadas às do Poder Judiciário, já que quase nunca aprovaram qualquer iniciativa que proteja a cidadania da população LGBT no estado de Goiás ou em seus municípios.

Algumas ativistas ressaltaram que, ainda que sem interlocução substantiva com o movimento LGBT, foi a partir do projeto do Deputado Júlio da Retífica (PSDB) que a Assembléia Legislativa de Goiás aprovou a Lei nº 16.659, de 23 de julho de 2009, que institui a data de 17 de maio como o Dia Estadual de Combate à Homofobia<sup>16</sup>, único

---

<sup>16</sup> Uma conquista significativa do movimento LGBT brasileiro ocorreu em 1985 e decorre de decisão do Conselho Federal de Medicina (CFM), que deixou de definir a homossexualidade como patologia, como ocorria até então nos termos prevalentes na Classificação Internacional de Doenças (CID), elaborada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A própria OMS passou a ter o mesmo entendimento a partir de 17 de maio de 1990, data que se tornou marco histórico a ponto de o 17 de maio tornar-se internacionalmente reconhecido como Dia Mundial de Combate à Homofobia. Este marco foi

diploma legal estadual que diz respeito à população LGBT. Para as entrevistadas, porém, as atuações parlamentares são isoladas e esporádicas: a pressão do movimento LGBT e a vontade política de algumas poucas parlamentares não foram suficientes para a garantia de direitos pela via Legislativa.

Um ponto interessante a se destacar diz respeito a uma das principais bandeiras de luta do movimento LGBT brasileiro no âmbito do Poder Legislativo: a criminalização da homofobia. A nível nacional, o debate é mais (in)tenso e o PLC nº 122 enfrenta fortíssimas resistências da Bancada Evangélica, a despeito das recentes conquistas políticas e pressões sociais – como a decisão de equiparação da união estável pelo Supremo Tribunal Federal em maio deste ano e posterior cassação da decisão de um juiz goiano que a desobedeceu. Já no âmbito estadual e municipal, as atuações se dão de forma muito isolada – graças ao protagonismo de algumas poucas parlamentares destacadas pelas entrevistadas, a exemplo de Denise Carvalho, Marina Santana e Mauro Rubem, que ocuparam ou ocupam cargos legislativos nos âmbitos municipal e estadual, sempre tentando encaminhar as demandas do movimento LGBT na esfera do Legislativo, embora sem sucesso<sup>17</sup>. Assim, como ressaltam as entrevistadas, não é por acaso que Goiás ainda não tem legislação de proteção e anti-discriminação para pessoas LGBT, ao contrário de muitos estados, que já a possuem.

### **Em nome de quê? Algumas percepções das relações entre movimento LGBT e algumas igrejas**

É possível identificar, analiticamente e à luz das entrevistas, esferas percebidas majoritariamente como potenciais oponentes do movimento LGBT goiano – ainda que seja possível perceber nelas a atuação de sujeitos ou grupos comprometidos com a

---

recentemente também reconhecido pelo Governo Federal, que, a partir de demanda do movimento LGBT, instituiu, por meio de Decreto Presidencial de 04 de junho de 2010, o dia 17 de maio como Dia Nacional de Combate à Homofobia.

<sup>17</sup> Outro exemplo passível de registro foi a Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira, concedida ao Grupo Colcha de Retalhos – a UFG saindo do Armário, pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Goiás, em 2010, por meio de iniciativa do mesmo Deputado Mauro Rubem.

cidadania e os direitos humanos da população LGBT. O caso mais expressivo, nesse sentido, é o campo religioso.

Assim, algumas entrevistadas salientaram, por exemplo, a importância das chamadas igrejas cristãs “inclusivas”, ou das religiões de matriz africana, como o candomblé, cujo histórico de atuação está pautado pela ausência de discriminação homofóbica. Mencionou-se também a existência de setores e sujeitos que trazem, para o interior das igrejas cristãs, problematizações em torno do gênero e da sexualidade, como é o caso da ONG Católicas Pelo Direito de Decidir.

Contudo, a maior parte das igrejas cristãs, seja a Igreja Católica, sejam as pentecostais, receberam das entrevistadas a alcunha de “fundamentalistas”, estendida à atuação de parlamentares, educadoras, gestoras, líderes religiosas e profissionais defensoras de seus preceitos. Desse modo, uma representação recorrente é a que aponta a necessidade de que uma das principais bandeiras do movimento LGBT, nacional e localmente, seja a defesa de um Estado laico, como preconiza a Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito aos entraves trazidos pelo “fundamentalismo religioso”, as entrevistadas das cidades do interior foram ainda mais enfáticas. Falaram sobre a adesão majoritária da população de cidades como Anápolis e Ceres, por exemplo, a igrejas neopentecostais que teriam como principal marca a discriminação explícita de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Tanto na capital quanto no interior do estado, foram mencionadas igrejas cristãs que, em seus cultos, afirmam “curar homossexuais”<sup>18</sup>.

Assim, a despeito da necessidade de relativizarmos a concepção de que a religião seja um campo opositor radical ao movimento LGBT goiano, nas entrevistas, a percepção geral é a de que o “fundamentalismo religioso” é um dos principais oponentes do movimento LGBT goiano na atualidade. Nesse sentido, algumas igrejas – e sujeitos cuja atuação profissional e política seguem de perto seus preceitos – foram largamente apontadas como o grande “núcleo duro” de resistência às propostas de mudança social trazidas pelo Movimento LGBT.

---

<sup>18</sup> Para uma análise das controvérsias em torno da questão da suposta “cura da homossexualidade” no Brasil, consultar Natividade (2008).

A religião e a homossexualidade...ainda, né...não combina. Não há uma aceitação” (Ativista).

## **Considerações Finais**

Chama a atenção como as falas das entrevistadas tragicamente anunciavam um contexto social, cultural e político em que as discussões em torno da laicidade do Estado e dos entraves à aprovação de projetos de lei que ampliem o acesso à cidadania para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais ganhariam colorações ainda mais fortes. As eleições presidenciais de 2010, bem como o cenário imediatamente posterior à decisão histórica, pelo Supremo Tribunal Federal, de equiparar as uniões entre pessoas do mesmo sexo à união estável entre homem e mulher, foram marcadas (em vários âmbitos, como no governo, na mídia e nas redes sociais da internet) por discursos e atitudes abertamente homofóbicas e machistas, que tem dificultado em larga medida a implementação de políticas públicas em torno de questões de gênero e sexualidade, no país.

A análise seguiu de perto o conteúdo das entrevistas e mostra como, num sentido mais amplo, o grande desafio encontrado hoje pelo movimento LGBT em Goiás, tanto na capital quanto nas cidades do interior, é a homofobia, o preconceito, a discriminação cotidianamente vividos, em praticamente todas as esferas da vida social, por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Como apresentamos, à luz das entrevistas, apesar de eventuais problemas e conflitos, há algumas instâncias, como outros movimentos sociais ou a universidade, que podem ser consideradas majoritariamente parceiras do movimento LGBT em Goiás. As religiões cristãs, por outro lado – e apesar de algumas ressalvas – foram apontadas pelas entrevistadas como um oponente bastante concreto das demandas do movimento LGBT. Há outras esferas, contudo, em que tal dicotomia (parceiros *versus* oponentes) aparece borrada, como é o caso dos governos, da mídia e do mercado segmentado GLS.

Desse modo, é preciso, como fazem as entrevistadas, levar em consideração que os campos aqui mencionados - Estado (nos âmbitos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), outros movimentos sociais, igrejas, mercado, mídia e universidade, assim como o próprio movimento LGBT - são complexos, dinâmicos e pautados, como

qualquer campo (BOURDIEU, 1983), por disputas e alianças políticas contextuais e também estruturais, relacionadas muitas vezes à questão do prestígio e permeadas por relações de poder.

## Referências

- BELELI, Iara. “Eles[as] Parecem Normais’: visibilidade de gays e lésbicas na mídia”. In: *Revista Bagoas*, n. 04. Natal: UFRN, 2009, p. 113-130.
- BOURDIEU, Pierre. “O campo científico”. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.
- DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: DAGNINO, Evelina. (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 103-15.
- FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidade e diferenças na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: IFCH/Unicamp, 2008.
- \_\_\_\_\_. “Entre Compassos e Descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do Movimento LGBT brasileiro”. In: *Revista Bagoas*, n. 04. Natal: UFRN, 2009, p. 131-158.
- FACCHINI, Regina e FRANÇA, Isadora Lins. “De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro”. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, nº 3, 2009, p. 54-81.
- FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes. O movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Antropologia Social. São Paulo: USP, 2006.
- MACRAE, Edward. *A Construção da Igualdade – Identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MELLO, Luiz; MAROJA, Daniela; BRITO, Walderes. “Políticas Públicas para População LGBT no Brasil: apontamentos gerais de uma pesquisa incacabável”. In:

MELLO, Luiz (org.). *Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar*. Relatório de pesquisa. Goiânia: UFG, Faculdade de Ciências Sociais, Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, 2010, p. 21-60.

NATIVIDADE, Marcelo. “Diversidade Sexual e Religião: a controvérsia sobre a cura da homossexualidade no Brasil”. In: Kant de Lima, Roberto (org.). *Antropologia e Direitos Humanos 5*. Brasília/Rio de Janeiro: ABA/Booklink, 2008, pp. 226-276.

PERILO, Marcelo. “Com barulho, muita pinta e em público: das sociabilidades de jovens e seus deslocamentos na cidade”. In: *I Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais: Diálogos entre a graduação e as pós-graduações*. Goiânia: FUNAPE, 2010.

PERILO, Marcelo; PEDROSA, Cláudio; MELLO, Luiz; BRAZ, Camilo. “Entre a aids e a integralidade: travestis, transexuais, bissexuais, lésbicas e gays nas políticas públicas de saúde no Brasil”. In: MELLO, Luiz (org.). *Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar*. Relatório de pesquisa. Goiânia: UFG, Faculdade de Ciências Sociais, Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, 2010, p. 213-256.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Nostalgia do Outro e do Alhures: a obra sociológica de Roger Bastide”. In: Bastide, Roger. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. “Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, nº 63, fevereiro, 2007, p. 121-135.

SENA, Custódia Selma. “Uma narrativa mítica do sertão”. In: *Avá – Revista de Antropología*. Universidad Nacional de Misiones. Argentina: 2011 (no prelo).

SIMÕES, Júlio. “Homossexualidade Masculina e Curso da Vida: pensando idades e identidades sexuais”. In: Carrara, S.; Gregori, M. F.; Piscitelli, A. (orgs.). *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. “Discursos e representações sobre os territórios de “pegação” em Belo Horizonte”. In: Díaz-Benítez, Maria Elvira; Fígari, Carlos Eduardo (orgs). *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

URANY, Alírio Melo. *Ação Coletiva e Movimento GLBT em Goiânia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Goiânia: UFG, 2008.

VEGA, Alexandre Paulino. *Estilo e Marcadores Sociais da Diferença em Contexto Urbano: Uma análise da desconstrução de diferenças entre jovens em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Antropologia Social. São Paulo: USP, 2008.

XAVIER, Samara; MELLO, Luiz. *A Produção Acadêmica sobre a Temática LGBT em Goiás*. Relatório de Iniciação Científica. Faculdade de Ciências Sociais. Goiânia: UFG, 2009.